



**Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
Demonstrações contábeis em 31/12/2012**

Gerência de Contabilidade



Índice

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
2 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	7
3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3.1 – Balanços patrimoniais	9
3.2 – Demonstrações do resultado.....	10
3.3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	11
3.4 – Demonstrações dos fluxos de caixa	12
3.5 – Demonstrações do valor adicionado	13
4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
4.1 – Contexto operacional.....	14
4.2 – Apresentação das demonstrações contábeis.....	15
4.3 – Resumo das principais políticas contábeis	15
4.4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos	21
4.4.1 – Estimativas e premissas contábeis críticas.....	21
4.4.2 – Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia.....	22
4.5 – Caixa e equivalentes de caixa.....	23
4.6 – Contas a receber de clientes	23
4.7 – Estoques	24
4.8 – Tributos a recuperar.....	24
4.9 – Despesas antecipadas	25
4.9.1 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	25
4.9.2 – Prêmios de seguro pagos antecipadamente.....	26
4.10 – Demais contas a receber - Circulante	26
4.11 – Depósitos judiciais e provisão para contingências	27
4.12 – Investimentos	29
4.13 – Imobilizado	30
4.14 – Intangível	31
4.15 – Fornecedores	33
4.16 – Obrigações fiscais.....	33
4.17 – Obrigações sociais e trabalhistas	33
4.18 – Arrendamentos e concessões a pagar.....	33
4.19 – Provisões operacionais.....	34
4.20 – Antecipação de clientes.....	34
4.21 – Demais contas a pagar	35
4.22 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC.....	35
4.23 – Receitas diferidas.....	35
4.24 – Patrimônio líquido	36
4.25 – Receita líquida	37
4.26 – Custos.....	37
4.27 – Receitas (despesas) operacionais	37
4.28 – Resultado financeiro	38
4.29 – Imposto de renda e contribuição social.....	38
4.30 – Informação por segmento de negócios	39
4.31 – Partes relacionadas	39
4.32 – Previdência complementar	42
4.33 – Gestão de riscos financeiros.....	44
4.34 – Compromissos.....	47
4.35 – Eventos subsequentes.....	47
5 – Declaração de revisão das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente pelos diretores	48
6 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES.....	49



1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

Para a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), 2012 foi um ano de preparação para a expansão do transporte ferroviário que será observado no Brasil nos próximos anos.

A FCA, por meio de contratos junto a parceiros e clientes vem modernizando sua frota de locomotivas e vagões ao longo dos últimos anos, iniciativa esta com o objetivo de garantir maior eficiência operacional e qualidade nos serviços prestados a seus clientes.

No que diz respeito à malha ferroviária, a FCA também prova estar pensando no futuro. Alguns trechos dos nossos principais corredores estão sendo remodelados para garantir maior eficiência e velocidade. Também demos início a um grande processo de ampliação de pátios, que passam a comportar trens mais longos e aumentam a produtividade da malha.

Um dos principais valores da FCA é ter gente certa no lugar certo. Em 2012, a FCA reforçou a atração de talentos. Foi o segundo ano do programa de trainees da Companhia, o que ajudou a preparar dezenas de jovens, escolhidos entre milhares de candidatos, para nos ajudar a vencer os desafios futuros da empresa. Além disso, o programa de pós-graduação em engenharia ferroviária alocou no quadro pessoal da companhia, profissionais altamente qualificados nas áreas-chave do nosso negócio.

Em 2012 contribuímos para o crescimento do Brasil e em 2013 não será diferente. Ainda temos um longo caminho pela frente e vamos trilhá-lo com toda a paixão que move nossa empresa.

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.



Desempenho Operacional

Volume em milhões de TKU

	2012	2011	Varição %
Agricultura	7.907,3	6.417,1	23,2%
Industrializados	3.752,5	3.496,7	7,3%
Siderurgia	720,5	760,1	-5,2%
Total	12.380,3	10.673,9	16,0%

Receita Líquida (R\$ MM) e Yield (R\$ / TKU)

	2012	2011	Varição %
Agricultura	562,8	488,6	15,2%
<i>Yield</i>	<i>71,2</i>	<i>76,1</i>	<i>-6,5%</i>
Industrializados	393,6	367,5	7,1%
<i>Yield</i>	<i>104,9</i>	<i>105,1</i>	<i>-0,2%</i>
Siderurgia	157,0	154,1	1,9%
<i>Yield</i>	<i>217,9</i>	<i>202,7</i>	<i>7,5%</i>
Total	1.113,4	1.010,3	10,2%
<i>Yield</i>	<i>89,9</i>	<i>94,6</i>	<i>-5,0%</i>

Em 2012, a produção foi de 12,4 bilhões de TKU, (+16,0%) acima da produção de 2011.

A localização estratégica da FCA, com atuação nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, permite que seus serviços se apresentem como uma importante opção logística para a economia brasileira, destacando-se o transporte ferroviário de grãos agrícolas, produtos industrializados e produtos siderúrgicos.

Agricultura

No segmento de agricultura, a FCA obteve em 2012 uma Receita Líquida de R\$ 562,6 milhões, (+15,2%) acima do resultado do ano anterior. O volume transportado atingiu 7,9 bilhões de TKU, (+23,2%) em relação a 2011. Os principais produtos transportados foram soja, farelo de soja e açúcar.

Industrializados

No transporte de produtos industrializados, a FCA obteve em 2012 uma Receita Líquida de R\$ 393,6 milhões, (+7,1%) em relação a 2011. O volume transportado foi de 3,8 bilhões de TKU, (+7,3%). Podemos destacar combustíveis, calcário e bauxita e calcário como os principais produtos transportados nesse segmento.

Siderurgia

No segmento de Siderurgia, a FCA obteve em 2012 uma Receita Líquida de R\$ 157,0 milhões, crescimento de (+1,9%) ante 2011. O volume transportado atingiu 720 milhões de TKU, queda (-5,2%) em relação ao ano anterior.



Desempenho Financeiro

A Receita Bruta fechou o ano de 2012 em R\$ 1.301,2 milhões, uma evolução de (+9,9%), na mesma base ante 2011. Ainda em 2012 a Receita Líquida apresentou um aumento de (+8,2%) sobre o exercício anterior, atingindo R\$ 1.113,4 milhões.

O maior destaque na Receita Líquida de 2012 foi relacionado ao segmento agrícola, que teve um aumento de (+15,2%). Além disso, a receita de produtos industrializados apresentou uma evolução de (+7,1%), e a receita relacionada ao setor de siderurgia teve um crescimento, apesar da queda no volume transportado, em torno de (+1,9%).

Os Custos Totais alcançaram R\$ 1.056,1 milhões no ano de 2012, um aumento de (+3,9%) em relação a 2011. Os principais fatores que alavancaram esse crescimento nos custos foram o aumento nas despesas com manutenção em locomotivas e vagões, gastos com combustíveis e ainda a evolução na despesa com pessoal por conta do Acordo Coletivo (+5,4%) em 2012.

O EBITDA foi de R\$ 2,2 milhões em 2012, ante o resultado negativo verificado no exercício anterior. Por sua vez, a margem EBITDA foi de 0,2%

Como Resultado Líquido, em 2012 a FCA reportou prejuízo acumulado de R\$ 163,2 milhões, apesar do aumento no volume transportado. Tal resultado foi motivado especialmente pelo aumento da linha de custos, em função do maior volume de recursos utilizados na manutenção e modernização de seus ativos. Contudo o resultado reportado representa uma evolução de 6,9% ante o prejuízo líquido do ano anterior.

R\$ mil

	2012	2011	Var %
Receita Bruta	1.301,2	1.183,9	9,9%
(-) Deduções	(187,8)	(173,6)	8,2%
Receita Líquida	1.113,4	1.010,3	10,2%
(-) Custos Totais	(1.056,1)	(1.016,7)	3,9%
(+/-) Outras Receitas/Despesas Oper.	(55,1)	(55,3)	-0,3%
EBITDA	2,2	(61,7)	-
<i>Margem Ebitda</i>	0,2%	-	-
(-) D&A	(166,3)	(121,1)	37,3%
(-) Resultado Financeiro Líquido	0,9	7,6	-88,5%
(-) IR &CSLL	-	-	-
Resultado Líquido	(163,2)	(175,2)	-6,9%

Investimentos

Em 2012, o montante investido pela FCA foi da ordem de R\$ 725,6 milhões, bastante superior aos investimentos realizados em 2011 (R\$ 380,7 milhões) e 2010 (R\$ 251,3 milhões). Os recursos foram alocados principalmente na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante) e em projetos de meio ambiente, saúde e segurança.

Gestão de Pessoas

O ano de 2012 foi marcado por um maior foco da Companhia no que tange ao treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores por meio de sua política de gestão de carreira e sucessão. O desenvolvimento do empregado é algo muito valorizado internamente.



Ainda, diversos programas foram desenvolvidos visando suprir a demanda futura por mão-de-obra, dentre os quais podemos destacar:

- Programa de Fomento e Formação de Mão-de-Obra;
- Programa de Estágio;
- Programa de Trainee Ferroviário;
- Programa de Trainee Corporativo.

Em 2012 demos início ao programa de reconhecimento pela fidelidade junto a Companhia, cujo objetivo é valorizar aqueles colaboradores que mantêm um relacionamento de longo prazo com a Companhia.

Ainda no ano de 2012, foi realizada pesquisa qualitativa junto aos colaboradores da FCA, aonde foi verificado itens como grau de satisfação e também entender melhor os anseios e objetivos de corpo de colaboradores da FCA, uma iniciativa que tem o intuito de apresentar aperfeiçoar a relação da Companhia com seus colaboradores.

Todo esse conjunto de ações e programas evidencia o robusto investimento em desenvolvimento profissional que a Companhia tem realizado ao longo dos anos.

Responsabilidade Social

A FCA acredita na prática da responsabilidade social e trabalha visando o bom relacionamento com os municípios em que opera. A empresa promove de projetos e atividades para fomentar o desenvolvimento social e cultural das comunidades, tendo como principal foco a segurança. Além disso, a Companhia mantém um canal direto de comunicação com as comunidades, o “Alô Ferrovias”, que esclarece dúvidas, recebe denúncias e sugestões 24 horas por dia.

Meio Ambiente

Em 2012, continuamos a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado nas diretrizes da norma ISO 14001. Este modelo fornece ferramentas para garantir a conformidade legal de nossas atividades, produtos e serviços.

A FCA realizou, em 2012, investimentos significativos para a redução do consumo de água, redução na geração de resíduos, incentivos para reciclagem (coleta seletiva), segregação da rede de efluente/pluvial, tratamento do efluente industrial, investigação dos potenciais passivos e recuperação de áreas.

Audidores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

Belo Horizonte, 15 de Fevereiro de 2013.

A Administração



2 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. em 31 de dezembro de 2012, e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 14 de fevereiro de 2012, sem modificações.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2013.



BAKER TILLY
BRASIL

MG AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/MG – 005455/O-1

Gilberto Galinkin

Contador CRCMG 035718/O-8

Cristina Braga de Oliveira

Contadora CRCMG 079371/O-6



3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 – Balanços patrimoniais

Em milhares de Reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	159.817	50.324	159.817	50.324
Contas a receber de clientes	4.6	57.329	41.602	57.329	41.602
Partes relacionadas	4.31	69.050	102.473	69.050	102.473
Estoques	4.7	60.840	76.063	60.840	76.063
Tributos a recuperar	4.8	31.153	9.772	31.153	9.772
Despesas antecipadas	4.9	10.861	7.151	10.861	7.151
Demais contas a receber	4.10	21.184	23.173	21.184	23.173
		<u>410.234</u>	<u>310.558</u>	<u>410.234</u>	<u>310.558</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas	4.9	23.115	24.940	23.115	24.940
Depósitos judiciais	4.11	116.093	142.887	116.093	142.887
Tributos a recuperar	4.8	5.091	2.370	5.091	2.370
Partes relacionadas	4.31	394	545		151
Contas a receber da União	4.11(a)	38.582	24.885	38.582	24.885
Demais contas a receber	4.10	2.240		2.240	
Imobilizado	4.13	639.537	470.592	639.537	470.592
Intangível	4.14	2.068.817	1.695.364	2.068.817	1.695.364
		<u>2.893.869</u>	<u>2.361.583</u>	<u>2.893.475</u>	<u>2.361.189</u>
Total do ativo		<u>3.304.103</u>	<u>2.672.141</u>	<u>3.303.709</u>	<u>2.671.747</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	4.15	94.329	41.747	94.329	41.747
Partes relacionadas	4.31	23.533	37.123	23.533	37.123
Obrigações fiscais	4.16	16.754	11.285	16.754	11.285
Obrigações sociais e trabalhistas	4.17	72.118	64.476	72.118	64.476
Arrendamento e concessões a pagar	4.18	37.787	35.484	37.787	35.484
Provisões operacionais	4.19	395	10.077		9.683
Antecipações de clientes	4.20	24.555	25.534	24.555	25.534
Receitas diferidas	4.23	317	317	317	317
Demais contas a pagar	4.21	5.839	3.054	5.840	3.054
		<u>275.627</u>	<u>229.097</u>	<u>275.233</u>	<u>228.703</u>
Não circulante					
Partes relacionadas	4.31	5.023	6.789	5.023	6.789
Provisão para contingências	4.11	77.452	99.625	77.452	99.625
Receitas diferidas	4.23	3.963	4.280	3.963	4.280
Demais contas a pagar	4.21	15.919		15.919	
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	4.22	1.553.164	796.245	1.553.164	796.245
		<u>1.655.521</u>	<u>906.939</u>	<u>1.655.521</u>	<u>906.939</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	4.24	1.722.966	1.722.966	1.722.966	1.722.966
Prejuízos acumulados		(350.011)	(186.861)	(350.011)	(186.861)
		<u>1.372.955</u>	<u>1.536.105</u>	<u>1.372.955</u>	<u>1.536.105</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.304.103</u>	<u>2.672.141</u>	<u>3.303.709</u>	<u>2.671.747</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.2 – Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Operações continuadas					
Receita de serviços vendidos	4.25	1.113.378	1.010.269	1.113.378	1.010.269
Custo dos serviços vendidos	4.26	(1.176.409)	(1.067.884)	(1.176.409)	(1.067.884)
Prejuízo bruto		(63.031)	(57.615)	(63.031)	(57.615)
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	4.27 (b)	(91)	(109)	(91)	(109)
Gerais e administrativas	4.27 (a)	(45.823)	(52.798)	(45.823)	(52.798)
Outras (despesas) receitas, líquidas	4.27 (c)	(55.083)	(72.245)	(55.083)	(72.245)
		(100.997)	(125.152)	(100.997)	(125.152)
Prejuízo do exercício das operações continuadas		(164.028)	(182.767)	(164.028)	(182.767)
Resultado financeiro	4.28	878	7.571	878	7.571
Despesas financeiras		(8.383)	(7.248)	(8.383)	(7.248)
Receitas financeiras		1.932	4.805	1.932	4.805
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		7.329	10.014	7.329	10.014
Prejuízo líquido do exercício		(163.150)	(175.196)	(163.150)	(175.196)
Prejuízo básico e diluído por ação atribuídos aos acionistas (expresso em R\$ por lote de mil ações – Nota 4.24 (b))		(0,78)	(0,83)	(0,78)	(0,83)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em milhares de Reais	Controladora e Consolidado		
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	1.722.966	(11.665)	1.711.301
Resultado do exercício			
Prejuízo do exercício		(175.196)	(175.196)
Total do resultado		(175.196)	(175.196)
Em 31 de dezembro de 2011	1.722.966	(186.861)	1.536.105
Resultado do exercício			
Prejuízo do exercício		(163.150)	(163.150)
Total do resultado		(163.150)	(163.150)
Em 31 de dezembro de 2012	1.722.966	(350.011)	1.372.955

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Prejuízo do exercício	(163.151)	(175.196)	(163.151)	(175.196)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	166.260	121.053	166.260	121.053
Constituição (reversão) provisão para perdas e contingências	(7.882)	16.549	(7.882)	16.549
Constituição (reversão) operacionais	(9.682)	(4.891)	(9.682)	(4.891)
Despesas com variação monetária/cambial, líquidas	(7.329)	(2.171)	(7.329)	(2.171)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825	1.825	1.825
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(733)	(5.470)	(733)	(5.470)
Receitas diferidas	(317)	(317)	(317)	(317)
Despesa com juros		881		881
	(21.009)	(47.737)	(21.009)	(47.737)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(26.741)	15.249	(26.741)	15.249
Partes relacionadas - ativos	33.574	(84.214)	33.574	(84.214)
Estoques	13.730	(15.746)	13.730	(15.746)
Tributos a recuperar	(22.700)	26.361	(22.700)	26.361
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	(3.710)	4.382	(3.710)	4.382
Outros ativos	(13.949)	(24.405)	(13.949)	(24.405)
Depósitos judiciais	35.043	(26.590)	35.043	(26.590)
Fornecedores	48.402	1.135	48.402	1.135
Partes relacionadas - passivos	(13.497)	(46.622)	(13.497)	(46.622)
Obrigações fiscais	5.469	2.256	5.469	2.256
Obrigações sociais e trabalhistas	7.642	35.779	7.642	35.779
Arrendamento e concessões a pagar	2.303	2.675	2.303	2.675
Antecipações de clientes	(979)	(22.392)	(979)	(22.392)
Outros passivos	18.705	6	18.705	6
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	62.283	(179.863)	62.283	(179.863)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Compra de ativo imobilizado	(204.990)	(32.078)	(204.990)	(32.078)
Compra de ativo intangível	(507.757)	(360.430)	(507.757)	(360.430)
Recebimento pela venda de imobilizado	3.037	10.648	3.037	10.648
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(709.710)	(381.860)	(709.710)	(381.860)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de assistência financeira (ASSFIN)		(10.161)		(10.161)
Adiantamento para futuro aumento de capital	756.920	591.216	756.920	591.216
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	756.920	581.055	756.920	581.055
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	109.493	19.332	109.493	19.332
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.324	30.992	50.324	30.992
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	159.817	50.324	159.817	50.324

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.5 – Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Vendas brutas de serviços	1.301.166	1.183.908	1.301.166	1.183.908
Outras receitas	47.853	51.212	47.853	51.212
Constituição (reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.014)	(1.945)	(11.014)	(1.945)
	1.338.005	1.233.175	1.338.005	1.233.175
Menos: Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(584.583)	(503.391)	(584.583)	(503.391)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(453.474)	(447.247)	(453.474)	(447.247)
Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões	15.648	(15.603)	15.648	(15.603)
Outros	(24.310)	(18.717)	(24.310)	(18.717)
	(1.046.719)	(984.958)	(1.046.719)	(984.958)
Valor adicionado bruto	291.286	248.217	291.286	248.217
Depreciação e amortização	(166.260)	(121.053)	(166.260)	(121.053)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	125.026	127.164	125.026	127.164
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	11.772	14.820	11.772	14.820
Valor adicionado total a distribuir	136.798	141.984	136.798	141.984
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	155.629	171.086	155.629	171.086
Benefícios	70.150	47.838	70.150	47.838
F.G.T.S.	17.063	12.974	17.063	12.974
Outros gastos com pessoal	4.273	3.648	4.273	3.648
	247.115	235.546	247.115	235.546
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	38.930	62.338	38.930	62.338
Estaduais	2.777	11.838	2.777	11.838
Municipais	233	210	233	210
	41.940	74.386	41.940	74.386
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	10.894	7.248	10.894	7.248
	10.894	7.248	10.894	7.248
Remuneração de capital próprio				
Prejuízos retidos	(163.151)	(175.196)	(163.151)	(175.196)
	(163.151)	(175.196)	(163.151)	(175.196)
Valor adicionado distribuído	136.798	141.984	136.798	141.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 – Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.18. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada indireta da Vale S.A. (“Vale”) - como a única controladora da FCA.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda transformou-se de sociedade empresária limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A..

A Vale Operações Ferroviárias S.A, em 30 de novembro de 2011 teve sua denominação social alterada para VLI Multimodal S.A.



4.2 – Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de fevereiro de 2013.

A Companhia não apresentou itens classificáveis como outros resultados abrangentes. Desta forma, não há divulgação desta informação nas demonstrações contábeis apresentadas, uma vez que o resultado do exercício representa também o resultado abrangente.

4.3 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

a) Base de preparação

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.4.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

b) Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas da empresa incluída na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.



c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de *impairment*, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

e) Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes.



f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também seria reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e incluindo as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas"

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.13.



i) Intangível

I. Direitos de Concessão

Está representado pela mais valia constituída na aquisição do trecho denominado Malha Paulista. A amortização é efetuada pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e Licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da malha centro-leste (Nota 4.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

j) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

k) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

l) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados



pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação OCPC05 – Contratos de Concessão.

Em linha com os esclarecimentos provenientes das Orientações Técnicas - OCPC 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União (extinta RFFSA).

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (extinta RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.11), sendo a Companhia um agente no litígio.

n) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.



Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo Vale. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada ("*constructive obligation*").

o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

p) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

q) Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das contábeis intermediárias é o Real (R\$).



r) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.31, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

s) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras
IAS 19- Benefícios a empregados
IFRS 9- Instrumentos Financeiros
IFRS 10- Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11- Acordos em Conjunto
IFRS 12- Divulgação de Participações em Outras Entidades
IFRS 13- Mensuração ao Valor Justo

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

t) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como parte integrante das demonstrações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis.

4.4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

4.4.1 – Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.



As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos não foram constituídos, considerando as possibilidades de realização destes ativos.
- IV. Provisão para contingências – A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas.

4.4.2 – Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

a) Concessão

Conforme descrito na Nota 4.3(I) a Companhia segue as interpretações da ICPC 01 e das orientações contidas na OCPC 05 para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.



b) *Impairment* de ativos não financeiros

A Companhia considerou a margem negativa e prejuízo operacional apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 como indicador de *impairment*. Dessa forma, aplicou o CPC 01 para apurar o valor recuperável de seus ativos, considerando as premissas definidas pela Administração. A Companhia elaborou estudo para verificar se o valor recuperável dos ativos é superior ao seu valor contábil. O valor recuperável foi inicialmente apurado considerando o valor em uso dos ativos o qual excedeu ao valor contábil dos mesmos. Nesse sentido, não foi necessário efetuar o cálculo do valor recuperável com base no preço de venda líquido bem como não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para perda (*impairment*).

4.5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	92.414	11.450
Aplicações financeiras	67.403	38.874
	159.817	50.324

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 – Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber de clientes	81.085	54.344
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(23.756)	(12.742)
	57.329	41.602

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	50.756	31.590
Vencidos até 3 meses	3.676	6.853
Vencidos de 3 a 6 meses	1.180	3.159
Vencidos acima 6 meses	25.473	12.742
	81.085	54.344

Em 31 de dezembro de 2012, certas contas a receber de clientes no total de R\$ 23.756 (2011 - R\$ 12.742) estavam vencidas e provisionadas.

A movimentação da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa é a seguinte:

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas de administração de vendas, comercial, contas a receber e de riscos de créditos, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.



A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

4.7 – Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Almoxarifado de Ibiá – MG	5.561	2.747
Almoxarifado de Divinópolis – MG	30.376	39.603
Almoxarifado de Alagoinhas – BA	4.097	5.045
Almoxarifado de Uberaba – MG	6.021	8.052
Almoxarifado de Paulinea – SP	3.946	4.536
Almoxarifado de Araguari – MG	2.563	2.979
Almoxarifado de Lavras – MG	3.568	2.451
Almoxarifado de Montes Claros – MG	2.184	2.252
Outros almoxarifados	4.488	6.031
Provisão para perdas em itens de estoque	(4.994)	(4.542)
Importações em andamento	3.030	6.909
	60.840	76.063

4.8 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
ICMS a recuperar	6.593	6.221
Imposto de renda retido na fonte	1.041	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.960	3.197
PIS e COFINS a compensar	20.405	242
IOF a recuperar	120	112
ISS	14	
INSS	20	
	31.153	9.772
Não circulante		
ICMS a recuperar	5.091	2.370
	5.091	2.370
	36.244	12.142



4.9 – Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	5.897	5.326
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	3.139	
	10.861	7.151
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	23.115	24.940
	23.115	24.940
	33.976	32.091

(a) Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de "built to suit"

O contrato celebrado entre a Companhia e terceiros constituiu o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e, por conseguinte, a locação do terminal à Companhia em caráter personalíssimo. O referido Terminal foi construído para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

4.9.1 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Concessão (a)	1.719	1.719
Arrendamento (b)	106	106
	1.825	1.825
Não Circulante		
Concessão (a)	1.338	1.444
Arrendamento (b)	21.777	23.496
	23.115	24.940

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", no ativo circulante e não circulante (realizável em longo prazo).

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.



4.9.2- Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Responsabilidade civil geral	3.401	4.078
All Risks	1.487	852
Seguro de transporte	1.009	396
	5.897	5.326

Em 31 de dezembro de 2012, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	USD 200.000 com agregado de USD 400.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 70.000
Transporte Internacional Exportação	All Risk	USD 100.000
Transporte Nacional	All Risk	USD 10.000
Transporte Nacional	All Risk	USD 60.000
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	USD 30.000
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200.000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	Menores e aprendizes	R\$ 10
Acidentes pessoais	Trens turísticos da FCA	R\$ 8

4.10 – Demais contas a receber - Circulante

As demais contas a receber são:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Adiantamento a empregados	13.692	6.731
Adiantamento a fornecedores	4.797	14.881
Outras contas	2.695	1.561
	21.184	23.173
Não circulante		
Adiantamento a empregados	2.240	
	2.240	
	23.424	23.173



4.11 – Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	78.194	52.148	106.696	65.416
Cíveis (b)	16.681	17.577	16.735	27.554
Administrativa regulatória (c)		4.551		4.246
Sesi (d)	16.513		15.936	
Tributárias (e)	4.705	1.506	3.520	1.163
Ambientais (f)		1.670		1.246
	116.093	77.452	142.887	99.625

De acordo com o Edital de Privatização, a União (extinta RFFSA) continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da RFFSA, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2012, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 52.148 (2011 – R\$ 65.416). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 3 de setembro de 2008, que assim se apresenta:

- 1) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes do período em que o empregado prestou serviços tão somente à RFFSA;
- 2) as Procuradorias não devem peticionar em Juízo alegando que a responsabilidade pelos débitos existentes antes da concessão devem ser imputados as concessionárias;
- 3) no caso das concessionárias requererem a intimação da União nas ações em que este ente público não figure no pólo passivo, a representação judicial da União deverá anuir com o pedido, a fim de participar em todos os demais atos do processo, desde que, da análise dos autos, se verifique a efetiva existência de responsabilidade da extinta RFFSA.
- 4) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes tanto do período em que o empregado prestou serviços à extinta RFFSA como à empresa concessionária, as Procuradorias devem peticionar nos autos requerendo que os débitos de responsabilidade da União e das concessionárias sejam apurados de forma separada, para que este ente público possa alegar a existência de eventuais



erros materiais no período de sua responsabilidade, bem como aplicar a incidência de juros de mora, na forma do artigo Iº-F da Lei nº 9.494/97.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Pólo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a União (extinta RFFSA), as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 38.582 (2011– R\$ 24.885), classificado na rubrica “Demais contas a receber” no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União (extinta RFFSA), em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU.

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 17.577 (2011 - R\$ 27.554).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Administrativa regulatória

A Companhia provisionou o valor de R\$ 4.551 (2011- R\$ 4.246) referente à multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não-conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira).

d) SESI

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como possível a possibilidade de perda, a Companhia não constitui provisão para perda nesse processo.

e) Tributárias

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 1.506 (2011 - R\$ 1.163).

f) Ambientais

Baseado no entendimento e na revisão dos valores das contingências, com o apoio de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou R\$ 1.670 (2011 - R\$ 1.246) referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

g) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 903.000 (2011 – aproximadamente R\$ 1.450.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível,



tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União (extinta RFFSA).

A seguir são apresentadas a composição destas contingências por natureza:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas (i)	304.000	172.000
Cíveis (ii)	217.000	936.000
Previdenciário (iii)	50.000	52.000
Tributárias (iv)	304.000	192.000
Ambientais (v)	28.000	98.000
	903.000	1.450.000

- i. **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. **Cíveis:** trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida à Companhia, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. **Previdenciários:** trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SESI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. **Tributários:** trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. **Ambientais:** trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

4.12 - Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 totalizava o montante de R\$ 395, registrado na rubrica "Provisões operacionais" no passivo circulante.



4.13 – Imobilizado

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Controladora e Consolidado	
					31/12/2012	31/12/2011
					Líquido	Líquido
Bens em operação						
Imóveis	25 a 40 anos	2,96%	22.343	(606)	21.737	1.709
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	4.775	(1.723)	3.052	2.225
Equipamentos autônomos	5 a 25 anos	8,27%	76.882	(36.771)	40.111	27.535
Veículos	3 a 5 anos	23,83%	6.303	(1.356)	4.947	30
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	9.658	(3.641)	6.017	2.213
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	29.620	(16.014)	13.606	9.688
Locomotivas	12,5 a 25 anos	6,08%	432.703	(108.950)	323.753	189.389
Vagões	33,3 anos	3,00%	265.921	(57.255)	208.666	217.159
Outros ativos	10 anos	10,00%	8.411	(285)	8.126	3
			856.616	(226.601)	630.015	449.951
Terrenos			1.142		1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			8.698		8.698	21.602
Provisão para baixa de ativo			(318)		(318)	(2.103)
			9.522		9.522	20.641
			866.138	(226.601)	639.537	470.592

A Companhia nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 35.242 (2011 – R\$ 11.727).

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2012 está sumarizada da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível (a)	31/12/2012
Custo					
Imóveis	2.136			20.207	22.343
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	3.834		(100)	1.041	4.775
Equipamentos autônomos	61.492		(3.161)	18.551	76.882
Veículos	3.852		(2.650)	5.101	6.303
Bens administrativos/auxiliares	6.744		(1.719)	4.633	9.658
Equipamentos e aplicativos de informática	27.594		(5.052)	7.078	29.620
Locomotivas	281.512		(1.662)	152.853	432.703
Vagões	266.624		(726)	23	265.921
Outros ativos	3			8.408	8.411
	653.791		(15.070)	217.895	856.616
Terrenos	1.142				1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	21.603	12.934	(25.839)		8.698
Provisão para baixa de ativo	(2.104)	(2.948)	4.734		(318)
	20.641	9.986	(21.105)		9.522
	674.432	9.986	(36.175)	217.895	866.138



Depreciação	Controladora e Consolidado			
	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012
Imóveis	(427)	(179)		(606)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.609)	(171)	57	(1.723)
Equipamentos autônomos	(33.958)	(4.468)	1.655	(36.771)
Veículos	(3.822)	(185)	2.651	(1.356)
Bens administrativos/auxiliares	(4.531)	(544)	1.434	(3.641)
Equipamentos e aplicativos de informática	(17.906)	(3.157)	5.049	(16.014)
Locomotivas	(92.123)	(17.683)	856	(108.950)
Vagões	(49.464)	(7.978)	187	(57.255)
Outros		(285)		(285)
	(203.840)	(34.650)	11.889	(226.601)

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo imobilizado; posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados à benfeitoria na concessão são transferidos para o ativo intangível.

4.14 – Intangível

	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Controladora e Consolidado	
					31/12/2012	31/12/2011
					Líquido	Líquido
Direitos de concessão	13,8 anos	4,7%	43.169	(15.027)	28.142	30.189
Softwares adquiridos	3 a 5 anos	20%	8.002	(7.660)	342	1.440
			51.171	(22.687)	28.484	31.629
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis	13,8 anos	2,58%	105.015	(16.405)	88.610	68.991
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	13,8 anos	5,0%	24.368	(5.373)	18.995	16.021
Equipamentos autônomos	5 a 13,8 anos	9,29%	11.055	(5.746)	5.309	2.602
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)		
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	3.323	(54)	3.269	16
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	6.878	(2.040)	4.838	5.822
Locomotivas	12,5 a 13,8 anos	7,46%	165.524	(109.680)	55.844	49.707
Vagões	12,5 a 13,8 anos	3,00%	119.173	(58.947)	60.226	55.272
Via permanente	10 a 13,8 anos	4,23%	2.033.426	(490.474)	1.542.952	1.233.467
Outros ativos	10 anos	10%	63		63	
			2.468.844	(688.738)	1.780.106	1.431.898
Intangível em curso			260.227		260.227	231.837
			2.780.242	(711.425)	2.068.817	1.695.364

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 4.1).

O intangível em curso é fruto dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:



	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Construção e ampliação de pátios e terminais	32.560	20.919
Aquisição e modernização de material rodante	54.715	28.250
Instalações administrativas e de apoio	5.333	7.380
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	31.477	31.967
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	15.708	11.993
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	3.619	4.123
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	10.517	19.181
Trens turísticos - melhorias	1.320	2.683
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	104.978	105.341
	260.227	231.837

O intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentava a seguinte movimentação:

Custo	Controladora e Consolidado					31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Transferências	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	
Direitos de concessão	43.169					43.169
Softwares adquiridos	18.600		46	(10.644)		8.002
	61.769			(10.644)		51.171
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis	83.051		44.013	(1.843)	(20.206)	105.015
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	19.707		5.970		(1.309)	24.368
Equipamentos autônomos	7.778		15.476		(12.199)	11.055
Veículos	19		5.101		(5.101)	19
Bens administrativos/auxiliares	39		7.916		(4.632)	3.323
Equipamentos e aplicativos de informática	6.472		7.484		(7.078)	6.878
Locomotivas	152.533		165.914		(152.923)	165.524
Vagões	111.030		8.097		46	119.173
Via permanente	1.612.033		428.774	(1.296)	(6.085)	2.033.426
Outros ativos			8.471		(8.408)	63
	1.992.662		697.216	(3.139)	(217.895)	2.468.844
Intangível em curso	231.837	725.652	(697.262)			260.227
	2.286.268	725.652	(46)	(13.783)	(217.895)	2.780.242

Amortização	Controladora e Consolidado			
	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012
Direitos de concessão	(12.980)	(2.047)		(15.027)
Softwares adquiridos	(17.160)	(1.144)	10.644	(7.660)
Imóveis	(14.061)	(2.727)	383	(16.405)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(3.684)	(1.689)		(5.373)
Equipamentos autônomos	(5.176)	(570)		(5.746)
Veículos	(19)			(19)
Bens administrativos/auxiliares	(24)	(30)		(54)
Equipamentos e aplicativos de informática	(649)	(1.391)		(2.040)
Locomotivas	(102.826)	(6.854)		(109.680)
Vagões	(55.758)	(3.189)		(58.947)
Via permanente	(378.567)	(111.969)	62	(490.474)
Outros ativos				-
	(590.904)	(131.610)	11.089	(711.425)



4.15 – Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Mercado interno	90.062	39.414
Mercado externo	4.267	2.333
	94.329	41.747

4.16 – Obrigações fiscais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
ICMS (Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços)	3.969	4.998
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.447	1.904
PIS e COFINS	8.558	3.205
IOF (Imposto s/Operações Financeiras)	207	207
ISS (Impostos s/Serviços)	1.573	971
	16.754	11.285

4.17 – Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Salários e encargos	19.486	9.717
Provisão para férias e 13º salários	15.009	11.203
Benefícios trabalhistas	13.287	2.275
Participação nos resultados	24.318	41.281
Outros	18	
	72.118	64.476

4.18 – Arrendamentos e concessões a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Poder Concedente - União		
Concessão (a)	1.748	1.642
Arrendamento (b)	33.207	31.202
	34.955	32.844
Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN		
Concessão (c)	142	132
Arrendamento (d)	2.690	2.508
	2.832	2.640
	37.787	35.484

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2012, foram pagas 58 (cinquenta e oito) parcelas, sendo a 58ª parcela paga no valor de R\$ 33.432.



(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2012, foram pagas 58 (cinquenta e oito) parcelas, sendo a 58ª parcela paga no valor de R\$1.760.

(c) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2012, foram pagas 49 (quarenta e nove) parcelas, sendo a 49ª parcela paga no valor de R\$ 8.071

(d) Concessão dos serviços de transporte ferroviário – Malha Paulista Arrendamento dos bens – FERROBAN – Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2012, foram pagas 49 (quarenta e nove) parcelas, sendo a 49ª parcela paga no valor de R\$ 425.

4.19 – Provisões operacionais

	Controladora		Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
SL Serviços Logísticos Ltda	395	395	
Provisões ambientais		2.723	2.723
Seguro Responsabilidade Civil em renovação		5.882	5.882
Seguro Transportes em renovação		736	736
Outros operacionais		341	341
	395	10.077	9.682

A Companhia implementou ações corretivas e preventivas visando eliminar os passivos ambientais pertinentes as fontes ativas existentes da União (extinta RFFSA). A eficácia na eliminação dos potenciais passivos ambientais foi constatada através dos diagnósticos realizados nas unidades operacionais da Companhia, proporcionando reduções significativas nas premissas e estimativas de gastos ambientais com a recuperação das fontes ativas.

4.20 – Antecipação de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes que em 31 de dezembro de 2012 somavam R\$ 24.555 (2011 - R\$ 25.534). Esses adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus parceiros (clientes) para antecipar valores que serão abatidos de fretes a serem tomados ao longo do período. Os



adiantamentos em questão são atualizados com juros (entre 7,15% e 11% ao ano) e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.

4.21 – Demais contas a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Garantias contratuais	1.797	1.797
Pêra Ferroviária (a)	1.990	
Outros passivos circulantes	2.052	1.257
	5.839	3.054
Não circulante		
Pêra Ferroviária (a)	15.919	
	15.919	
	21.758	3.054

(a) Refere-se ao Instrumento particular de promessa de compra e venda de imóveis e outras avenças, constituindo a aquisição de imóveis para construção de Pêra Ferroviária na localidade de Pirapora.

A Companhia pagará em 10 (dez) parcelas anuais e sucessivas, no valor de R\$ 1.768, acrescidos de juros remuneratórios. A primeira parcela vencendo em 15 de março de 2012 e as demais no dia 15 de março dos anos subseqüentes.

As parcelas serão atualizadas monetariamente com base na variação percentual acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV").

4.22 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Referem-se aos valores repassados pela controladora visando a atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia, que foram convertidos em adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembléia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

4.23– Receitas diferidas

Referem-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.



4.24 – Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Atualmente no estatuto social da Companhia não está definido valor de capital autorizado.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
VLI Multimodal S.A.	210.197.536.038.503	55.673.348	210.197.591.711.851
Outros- não controladores	40.992.745	10.991.664	51.984.409
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260

b) Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	Controladora e Consolidado
	2011
Cálculo da média ponderada para 2011 (210.197.577.031.248 x12/12)	210.197.577.031.248
Prejuízo do exercício	(175.196)
Média Ponderada de ações ordinárias em 2011	210.197.577.031.248
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,83)
	Controladora e Consolidado
	2012
Cálculo da média ponderada para 2012 (210.197.577.031.248 x12/12)	210.197.577.031.248
Prejuízo do exercício	(163.150)
Média Ponderada de ações ordinárias em 2012	210.197.577.031.248
Lucro básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,78)



4.25 – Receita Líquida

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	1.058.037	1.011.753
Receita de utilização de pátios	1.916	1.036
Receita de estadia de vagões	4.467	6.779
Receita de aluguel de locomotivas	8.628	5.405
Receita de partilha de frete	91.629	130.837
Receita de outros serviços	136.523	28.098
	1.301.200	1.183.908
Impostos sobre serviços		
ICMS	(67.425)	(64.126)
PIS	(21.470)	(19.535)
COFINS	(98.892)	(89.978)
	(187.787)	(173.639)
Devoluções		
Devoluções de vendas	(35)	
	(35)	
Receita dos serviços vendidos	1.113.378	1.010.269

4.26 – Custos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	(205.565)	(155.956)
Encargos sociais	(56.753)	(47.041)
Material	(64.672)	(65.085)
Combustíveis	(231.792)	(180.478)
Serviços contratados	(159.175)	(149.043)
Partilha de frete	(121.337)	(202.430)
Outros	(9.716)	(6.935)
Depreciação	(158.134)	(113.257)
Despesas de arrendamento e concessão	(169.265)	(147.659)
	(1.176.409)	(1.067.884)

4.27 – Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas administrativas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	(20.877)	(7.366)
Encargos sociais	(3.325)	(2.508)
Material	(265)	(268)
Serviços contratados	(11.170)	(32.201)
Tributos		(8)
Outras	(2.061)	(2.653)
Depreciação	(8.125)	(7.794)
	(45.823)	(52.798)

b) Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	(49)	(58)
Serviços contratados	(18)	(24)
Outras	(24)	(27)
	(91)	(109)



c) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	10.637	6.624
Venda de ativos	3.037	10.648
Recuperação de despesas	506	3.075
Trem Turístico	4.040	3.668
Travessias	2.554	1.913
Multas contratuais	11.085	11.088
Alugueis	1.016	1.184
Serviços prestados	14	14
Processos trabalhistas	13.696	12.133
Outros	1.269	865
	47.854	51.212
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(8.681)	(11.336)
Baixa de Ativos	(4.090)	(6.965)
Estoques	(2.603)	(3.966)
Ajuste de estoque	(175)	(49)
Participação no resultado	(2.454)	(39.542)
Desvalorização de estoque	(1.493)	
Perda de recebíveis	(2.292)	(6.541)
Outros gastos c/pessoal	(491)	(141)
Pesquisa e desenvolvimento	(10.960)	(870)
Trem Turístico	(3.096)	(2.686)
Outras operacionais	(1.418)	(9.010)
Processos Judiciais	(55.548)	(11.160)
Indenizações	(7.798)	(9.769)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(11.014)	(1.944)
Provisão para contingências	12.168	(13.658)
Passivo Ambiental	(2.992)	(5.820)
	(102.937)	(123.457)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(55.083)	(72.245)

4.28– Resultado financeiro

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	1.306	3.753
Juros, taxa e multas de mora	626	544
Outras receitas financeiras		508
	1.932	4.805
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(698)	(266)
Despesa de carta de fiança	(2.512)	(2.562)
Encargos sobre mutuo- Vale		(881)
Desconto concedido	(33)	(616)
Juros sobre adiantamentos de clientes	(4.333)	(1.608)
Juros, taxas e multas	(706)	
Outras despesas financeiras	(101)	(1.315)
	(8.383)	(7.248)
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial	7.329	10.014
Resultado financeiro	878	7.571

4.29– Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não vem constituindo ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, principalmente em função de ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.



O total dos créditos fiscais não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	5.939	3.185
Provisão para contingências	19.363	24.906
Outras provisões	7.902	4.933
Prejuízo fiscal	321.159	321.108
	354.363	354.132
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	2.138	1.147
Provisão para contingências	6.971	8.966
Outras provisões	2.845	1.776
Base negativa	116.251	116.233
	128.205	128.122
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	482.568	482.254
Provisão para realização dos impostos diferidos		
Prejuízo fiscal para imposto de renda	1.284.637	1.284.433
Base negativa da contribuição social	1.291.681	1.291.477

4.30 – Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.31 – Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale	Controladora indireta
VLI S.A	Controladora indireta
VLI Multimodal S.A.	Controladora
SL Serviços Logísticos Ltda.	Controlada
Demais empresas	Ligadas (controle em comum da Vale S.A.)

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Balço patrimonial				
Ativo circulante				
Cia Coreano Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	4	4	4	4
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	38	1.509	38	1.509
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	328	614	328	614
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia	14	5	14	5
Log-in Logística Intermodal S.A	20	63	20	63
Mineração Andirá Ltda	3	3	3	3
Mineração Brasileira Reunidas S.A - MBR		7		7
MRS Logística S.A	3.043	591	3.043	591
Mineração Naque S.A	10.828		10.828	
Vale Manganês S.A- RDM	126	641	126	641
Ultrafétil	525	2.363	525	2.363
Vale Fertilizantes S.A	5.927	4.431	5.927	4.431
Vale Fosfatados S.A	156	211	156	211
Vale Moçambique Ltda	475	1.336	475	1.336
Vale S.A	32.430	21.300	32.430	21.300
Vale Logística Integrada	60		60	
Mineração Urucum S.A	3		3	
Salobo Metais S.A	4		4	
VLI Multimodal S.A	15.066	69.395	15.066	69.395
	69.050	102.473	69.050	102.473
Ativo não circulante				
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394		
Vale S.A		151		151
	394	545		151
Controladora e Consolidado				
			31/12/2012	31/12/2011
Passivo circulante				
Log-in Logística Intermodal S.A.				
MRS Logística S.A			395	1.305
Pasa- Plano de Assistência á Saúde do Aposentado da Vale				116
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD			1.080	
Vale Logística Integrada			3.710	
Vale S.A			18.348	35.702
			23.533	37.123
Passivo não circulante				
Vale S.A			5.023	6.789
			5.023	6.789
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 22)				
VLI Multimodal S.A			1.553.165	796.245
			1.553.165	796.245



Demonstrações do Resultado	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta de serviços prestados		
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	4.074	6.620
Log-in Logística Intermodal S.A	7	4.786
MRS Logística S.A		
Ultrafértil	24.568	12.685
Vale Fosfatados S.A		6.827
Vale Manganês S.A		20
Vale S.A	33.401	31.798
VLI Multimodal S.A	299.474	165.917
	361.524	228.653
Receitas financeiras		
VLI Multimodal S.A	8	
	8	
Outras receitas operacionais		
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	654	715
Minerações Brasileiras Reunidas S.A - MBR		3
Samarco Mineração S.A	81	38
Vale Moçambique Ltda	1.003	
Vale S.A	2.176	
	3.914	756
Custos e despesas		
Custo de intercâmbio/aluguel de locos e vagões		
MRS Logística S.A	9.494	
Vale S.A	7.895	12.463
	17.389	12.463
Custo de partilha de fretes		
MRS Logística S.A	13.286	8.771
Vale S.A	93.383	183.258
	106.669	192.029
Custo de vendas		
Vale S.A	1.027	
Vale Moçambique Ltda	553	
	553	
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	3.320	1.914
	3.320	1.914
Despesas com processos de suporte		
Vale S.A	51	23.030
	51	23.030
Despesas financeiras		
Juros - Log-in Logística Intermodal S.A	14	
Juros - Ultrafértil S.A	52	
Juros - Vale S.A	14	882
Juros - Vale Fertilizantes S.A	32	
Juros - Vale Manganês S.A	5	
Variação monetária - Vale S.A	1.780	
	1.897	882

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	42.387	59.661	42.387	59.661
Vencidos até 3 meses	9.905	35.900	9.905	35.900
Vencidos de 3 a 6 meses	3.049	1.001	3.049	1.001
Vencidos acima 6 meses	14.103	6.456	13.709	6.062
	69.444	103.018	69.050	102.624



Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado. Parte desses saldos, no montante de R\$ 17.185 (2011 – R\$ 29.605), refere-se à compra de locomotivas e vagões da Vale e está sujeita a encargos de IGP-M e juros de 6,5% a.a.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

4.32 – Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, 4.583 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (2011 – 4.207).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.



- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$ 3.320 (2011 - R\$ 1.914)

Abaixo demonstramos o resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(9.308)	(2.273)
Valor justo dos ativos do plano	4.908	3.425
(Déficit)/superavit para planos cobertos	(4.400)	1.152
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	5.183	
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)		(1.152)
Passivo/ativo líquido	783	

Reconciliação do valor das obrigações atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Valor das obrigações no início do período	(2.273)	(1.689)
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(341)	(230)
Juros sobre obrigação atuarial	(292)	(214)
Contribuições de participantes vertidas no ano		(7)
Ganho/(perda) atuarial	(6.463)	(181)
Benefícios pagos no ano	61	48
Valor das obrigações calculadas no final do período	(9.308)	(2.273)

Reconciliação do valor justo dos ativos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos no início do período	3.425	2.864
Rendimento esperado no ano	449	311
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	127	43
Contribuições de patrocinadoras vertidas no ano	967	248
Contribuições de participantes		7
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(61)	(48)
Valor justo dos ativos no final do período	4.907	3.425

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(341)	(230)
Juros sobre obrigação atuarial	(292)	(214)
Rendimento esperado no período	449	311
Amortização de ganhos ou perdas atuariais líquidas (incluindo parágrafo 58 (a))	(1.152)	(138)
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	1.152	23
	(184)	(248)

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ 576.

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.



Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

Hipóteses atuariais	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,30% a.a	11,30% a.a
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	12,82% a.a	10,70% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários	8,15% até 47 anos 5,0 % a partir de 48 anos	8,15% até 48 anos 5,0 % a partir de 48 anos
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,0 % a.a	5,0 % a.a
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,0 % a.a	5,0 % a.a

4.33 – Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2012 e em 2011.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo Vale.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.



O aumento dos custos de insumos, como por exemplo o óleo (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 4.268 (2011 – R\$ 2.333).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessões a pagar (Nota 4.18), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 23.756 (2011 - R\$ 12.742).

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Outro ponto importante que colabora para a liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é a administração conjunta com o Centro de Serviço Compartilhado da Vale S.A. Assim, a previsão de fluxo de



caixa é realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levada em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia. O Centro de Serviços Compartilhados monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento .

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2012 e 2011 correspondem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Recebíveis				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	92.414	11.450	92.414	11.450
CDB's	67.403	38.874	67.403	38.874
Contas a receber de clientes	57.329	41.602	57.329	41.602
Partes relacionadas	69.444	103.018	69.050	102.624
Outras contas a receber - RFFSA (União)	38.582	24.885	38.582	24.885
	<u>325.172</u>	<u>219.829</u>	<u>324.778</u>	<u>219.435</u>
Outros passivos financeiros				
Passivos				
Fornecedores	94.329	41.747	94.329	41.747
Partes relacionadas	28.556	43.912	28.162	43.518
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.553.165	796.245	1.553.165	796.245
	<u>1.676.050</u>	<u>881.904</u>	<u>1.675.656</u>	<u>881.510</u>

d) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo Vale. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Total passivo	1.931.148	1.136.036	1.930.754	1.135.642
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(159.817)	(50.324)	(159.817)	(50.324)
	<u>1.771.331</u>	<u>1.085.712</u>	<u>1.770.937</u>	<u>1.085.318</u>
Patrimônio líquido	1.372.955	1.536.105	1.372.955	1.536.105
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	1.553.165	796.245	1.553.165	796.245
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>2.926.120</u>	<u>2.332.350</u>	<u>2.926.120</u>	<u>2.332.350</u>
	<u>60,54%</u>	<u>46,55%</u>	<u>60,52%</u>	<u>46,53%</u>



4.34 – Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	<u>Malha Centro Leste</u>	<u>Malha Paulista</u>
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2012	58	49
Valor da última parcela paga		
- Concessão	1.760	425
- Arrendamento	33.432	8.071

4.35 – Eventos subsequentes

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.



5 – Declaração de revisão das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente pelos diretores

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relação com Investidores e o Diretor Financeiro da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Sapucaí, 383, inscrita no CNPJ sob nº 00.924.429/0001-75 (“**FCA**”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“**INSTRUÇÃO**”), declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da FCA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da FCA referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.



6 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Marcello Magistrini Spinelli

Presidente

Elton de Campos Pássaro

Eduardo Henrique Périco

Fernando Lopes Alcântara

Paulino Rodrigues de Moura

Suplente

Paulo de Tarso Pessanha

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor Financeiro

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretora de Desenvolvimento de Negócios

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor Operacional

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor Comercial

Fabio Stewson de Souza

Contador

CRC-MG 45.913/O-6